



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Despacho	2004	Nº
	<b>PROJETO DE LEI Nº</b>	
	<b>Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de selo protetor em embalagens de bebidas na forma que menciona.</b>	
	Autor: Vereador Eliomar Coelho	

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro

DECRETA:

Art. 1º Ficam as empresas distribuidoras de bebidas em lata, obrigadas a adotar selo protetor, fixado na embalagem de modo a garantir sua inviolabilidade, a higiene e limpeza da área destinada ao contato com o produto ou com o consumidor, para comercialização destes produtos no Município do Rio de Janeiro.

Parágrafo único . para os efeitos desta Lei, entende-se por bebidas em lata, áquelas envazadas em material metálico de qualquer espécie, tais como alumínio, ferro, etc., onde não haja proteção à área de abertura para o consumo..

Art. 2º. As empresas distribuidoras terão o prazo máximo de noventa dias da regulamentação desta Lei, para achatarem-se ao nela contido.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de noventa dias de sua vigência.

Parágrafo único . Da regulamentação de que trata este art. constará, necessariamente:

I – o órgão responsável pela fiscalização; e

II - as sanções ao descumprimento desta Lei, prevendo uma escala progressiva de:



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão; e
- d) caçassão do alvará.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 11 de março de 2004

ELIOMAR COELHO  
Vereador - PT



## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

### JUSTIFICATIVA

Não raras são as notícias de contaminação por contato com urina de ratos e dermatites, entre outras doenças, contraídas a partir da ingestão de bebidas em lata. Isso se deve ao fato de na estocagem não haver qualquer proteção à área onde o consumidor terá contato com a embalagem.

A presente proposição transforma em obrigação o que algumas distribuidoras, generosamente adotaram. Ao impor o uso do selo protetor, esta Casa oferecerá à municipalidade mais um instrumento de promoção da saúde, garantindo os meios de higiene na estocagem sem, contudo, honeraer as empresas distribuidoras, uma vez que os custos para a adoção das imposições deste texto legal são irrisórios.

Desta forma, submeto esta Projeto de Lei à Edilidade Carioca, rogado por sua aprovação e posterior sansão do Prefeito, por sua relevância e caráter preventivo da saúde pública.

**VETO:**



## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO GP/CM N.º 170 EM 28 DE ABRIL DE 2005.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar o recebimento do Ofício M-A/n.º 354, de 20 de abril de 2005, que encaminha o autógrafo do Projeto de Lei n.º 1.926, de 2004, de autoria do Ilustre Senhor Vereador Eliomar Coelho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de selo protetor em embalagens de bebidas na forma que menciona”, cuja segunda via restituo-lhe com o seguinte pronunciamento.

Muito embora salutar o projeto apresentado por essa egrégia Casa, e de nobre e louvável escopo, o mesmo não merece lograr êxito, em virtude dos vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade, além de razões de conveniência e de oportunidade.

O projeto em tela pretende criar a obrigação de aposição de selo protetor em latas para os distribuidores, os quais são unicamente comerciantes intermediários, a quem cabe permitir o acesso do produto ao mercado, e não sua produção, razão pela qual a proposta se revela pouco razoável e operacionalmente inviável. Logo, a medida se apresenta inconveniente ao interesse público local.

Ademais, considerando-se que, no caso em tela, pretendeu o Poder Legislativo Municipal disciplinar a produção de bebidas enlatadas com o fim de prevenir doenças, é de se dizer que houve extrapolação da repartição de competência legislativa delineada pela Constituição da República, uma vez que esta, em seu art. 24, V e XII, estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo e sobre proteção e defesa da saúde, respectivamente, sendo que àquela cabe a regulamentação de forma geral, e a estes a competência suplementar, conforme se depreende da leitura dos §§ 1.º e 2.º do mesmo dispositivo.

A Carta Magna esclarece a competência legislativa do Município, a qual está adstrita ao interesse local (art. 30, I) e à suplementação da legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, II). O mesmo preceito é repetido na Lei Orgânica do Município, em seu art. 30, I e II.

Assim, ao Município não cabe estipular regras gerais de produção e consumo e sobre proteção e defesa da saúde, mas, tão-só, legislar conforme o concernente ao interesse local, suplementando a legislação federal ou estadual.

Essa suplementação diz respeito à regulamentação das referidas normas para ajustar sua execução às peculiaridades locais, desde que em concordância com as mesmas, sempre na presença do interesse local.

Além disso, o controle de produtos de interesse para a saúde pública e a inspeção de bebidas para consumo humano competem ao Sistema Único de Saúde, conforme dispõe o art. 200 da Constituição da República.

Cabe-me consignar igualmente que há lei federal disposta sobre padronização, classificação, registro, inspeção, produção e fiscalização de bebidas, a qual estabelece atribuições aos Ministérios da



## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, no que concerne aos aspectos tecnológicos, e, ainda, ao Sistema Único de Saúde, no que diz respeito aos aspectos bromatológicos e sanitários.

Acrescente-se, por evidente, que a viabilização da proposta em estudo demandaria gastos substanciais, mormente na fiscalização. Trata-se de investimentos específicos que, naturalmente, gerariam aumento de despesa.

Nesse diapasão, a proposição representa uma afronta a preceito insculpido na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, qual seja, o art. 71, II, “c”, que estabelece a iniciativa privativa do Prefeito para os projetos de lei que importem em aumento de despesa pública.

Ademais, a implementação da fiscalização prevista para constar do regulamento obviamente teria como consequência lógica a criação de atribuições aos órgãos da Administração Municipal.

Desse modo, o projeto em estudo representa afronta à regra estabelecida no art. 71, II, “b”, da LOMRJ, por força da qual são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre criação, extinção e definição de estrutura e atribuições das secretarias e órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Além do que, de acordo com o art. 71, II, “e”, combinado com o art. 44, III, da LOMRJ, compete privativamente ao Prefeito legislar sobre políticas, planos e programas municipais, não cabendo, portanto, ao Legislativo disciplinar a matéria em exame.

Assim, ao imiscuir-se em seara que não lhe é própria, o Legislativo Municipal violou o princípio da separação entre os Poderes, estabelecido no art. 2.º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e repetido, com arrimo no princípio da simetria, nos arts. 7.º e 39 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e da LOMRJ.

Sou compelido, portanto, a vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 1.926, de 2004, pelos motivos acima expostos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

CESAR MAIA

Ao

Exmo. Sr.

Vereador IVAN MOREIRA

Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro